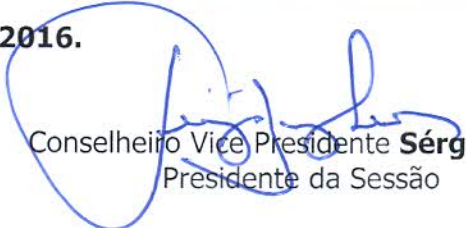


**PREJULGADO DE TESE Nº 002, 03 de março de 2016.****RESOLUÇÃO Nº 12.189****Processo nº 201513839-00**

EMENTA: CONSULTA. ADMISSIBILIDADE LEGAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA OU CONSULTORIA ESPECÍFICA E EXCLUSIVA AO FUNDEB. SERVIÇOS REMUNERADOS PELO FUNDO. IMPOSSIBILIDADE DE INTEGRAÇÃO NO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO. PELA REGULARIDADE DA CONSULTA POR ATENDER O ART. 1º, XVI, DA LC Nº 084/2012.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA** formulada em tese, e respondida nos termos do **Art. 1º, inciso XVI, da LC nº 84/2012 do TCM**, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, à **unanimidade**, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão, Relatório, Voto e Resolução do Conselheiro Relator, às **fls. 8-10** dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **03 de março de 2016.**


Conselheiro Vice Presidente **Sérgio Leão**
Presidente da Sessão


Conselheiro **Antonio José Guimarães**
Relator

Presentes: Conselheiros, Aloísio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia; Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, Maria Inez Gueiros.



Publicado no D.O.E. Nº 33.099
de 01/04/16 à Pg. 65
do _____ Caderno.

10
23

ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 12.189

Processo : **201513839-00**

Natureza do Processo: Consulta acerca da possível utilização da verba referente aos 40% do FUNDEB, para remuneração dos profissionais que lhe prestam assessoria jurídica, e dos que lhe assessoram contabilmente.

Assunto : **FUNDEB**

Entidade : **Secretaria Municipal de Educação**

Município : **Concórdia do Pará**

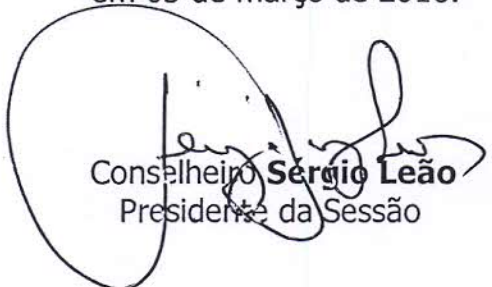
Interessada : **Núbia Beatriz da Costa**

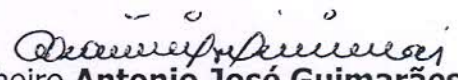
Exercício : **2015**

EMENTA: Consulta. FUNDEB de Concórdia do Pará. Amparada no Art. 1º, XV, do Ato 16/2013 - RITCM. Aprovada e respondida nos termos do voto.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão: admitir a presente consulta, nos termos do Artigo 297, do Regimento Interno, e inciso XVI, do Art. 1º, da Lei Complementar nº 84/12, aprovada a resposta à consulta nos termos do voto do Relator.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará,
em 03 de março de 2016.


Conselheiro **Sérgio Leão**
Presidente da Sessão


Conselheiro **Antônio José Guimarães**
Relator

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Substituto Sérgio Dantas e a Procuradora Maria Inez Gueiros

WR



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
Gabinete Conselheiro Antonio José Guimarães

PROCESSO Nº : 201513839-00
NATUREZA DO PROCESSO : CONSULTA
ASSUNTO : FUNDEB
ENTIDADE : SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO : CONCÓRDIA DO PARÁ
INTERESSADO : NÚBIA BEATRIZ DA COSTA
EXERCÍCIO : 2015

RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Secretário Municipal de Educação de Concórdia do Pará, com amparo no art. 1º, XV, do Ato 16/2013- RITCM, pela qual requer manifestação desta Corte sobre a seguinte questão:

"A Semec solicita consulta referente à possibilidade da referida verba, qual seja, os 40% oriundos do FUNDEB, serem utilizados para remuneração dos serviços prestados à secretaria na forma de assessoria jurídica, bem como assessoria contábil."

O Município de Concórdia do Pará encontra-se afeto a esta Relatoria, no exercício de 2015, mediante sorteio, nos termos do art. 63, do Regimento Interno vigente.

Os autos foram encaminhados, no permissivo do art. 300, § 4º, do RITCM-PA (Ato nº 16/2013), para juntada de eventuais precedentes deste TCM-PA e elaboração de parecer, o qual torno parte integrante do presente relatório.

É o relatório.

PROCESSO Nº : 201513839-00
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONCÓRDIA DO PARÁ
ASSUNTO: FUNDEB
PARECER Nº: CMS 001/2016-DIPLAN/TCM

Exmo. Sr. Conselheiro ANTÔNIO JOSÉ,

A Secretária Municipal de Educação de Concórdia do Pará, consulta este Tribunal, nos seguintes termos:

"A Semec solicita consulta referente à possibilidade da referida verba, qual seja, os 40% oriundos do FUNDEB, serem utilizados para remuneração dos serviços prestados à secretaria na forma de assessoria jurídica, bem como assessoria contábil."

Sendo o que tínhamos a relatar, passamos a emitir:

PARECER

A Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, dispõe em seu art. 24, § 5º, inciso II:

§ 5º São impedidos de integrar os conselhos a que se refere o caput deste artigo:



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
Gabinete Conselheiro Antonio José Guimarães

PROCESSO Nº : 201513839-00
NATUREZA DO PROCESSO : CONSULTA
ASSUNTO : FUNDEB
ENTIDADE : SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO : CONCÓRDIA DO PARÁ
INTERESSADO : NÚBIA BEATRIZ DA COSTA
EXERCÍCIO : 2015

I - (...)

II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até 3º (terceiro) grau, desses profissionais;

Portanto, o que se depreende do texto normativo, é a admissibilidade legal da prestação de serviços de assessoria ou consultoria específica e exclusivamente ao FUNDEB. Serviços esses remunerados pelo próprio Fundo. Tanto assim, que quem preste esses serviços não pode integrar o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo, sob risco de comprometer a isenção do exercício do controle social.

É O PARECER,
s.m.j.

Belém, 11 de fevereiro de 2016

CLEBER MESQUITA DOS SANTOS
Analista de Controle Externo
Matrícula 500000367

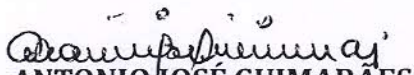
VOTO

A consulta vem formulada em tese, proposta por pessoa legítima, e versa sobre matéria de competência deste Tribunal, preenchendo, portanto, os requisitos de admissibilidade exigidos pelo art. 297, do RI/TCM, e inciso XVI, do art. 1º da Lei Complementar nº 84/2012.

Razão porque, acompanho, na íntegra, o Parecer nº CMS 001/2016-DIPLAN/TCM, o qual adoto como resposta ao consulente, e submeto à deliberação Plenária.

É o voto.

Belém, 03 de março de 2016.


ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES
CONSELHEIRO RELATOR